



Prova Escrita Objetiva – Nível Superior

ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA - APOIO ESPECIALIZADO - AUDITOR

Tipo 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo cem questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas



TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova
- **1 hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de prova



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados
- Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Conhecimentos Básicos

Texto 1 – Coordenação entre órgãos gestores

Um Plano de Contingência para o Trânsito necessita de planejamento prévio para lidar com situações emergenciais e atuar em casos que venham a causar transtornos nos principais corredores viários de uma cidade.

O aumento progressivo da frota de veículos provoca congestionamentos que muitas vezes impedem que os procedimentos planejados de emergência sejam adotados.

Nesses casos, passam a exigir ações mais criativas e diferenciadas, devendo ser planejadas por equipes de técnicos especializados, com a parceria das universidades.

O gerenciamento de acidentes de trânsito, como a velocidade que se desfaz o local de uma batida numa via estrutural, envolve o uso de equipamentos especiais, como helicópteros, e de pessoal devidamente treinado para isso. É crucial haver integração e coordenação entre os órgãos gestores da mobilidade urbana, para solucionar rapidamente as demandas dessa natureza.

Situações como obras, fechamento de ruas e de faixas de tráfego, enchentes, alagamentos das vias e quedas de encostas e árvores, que impedem a circulação normal de veículos, necessitam de sinalização adequada, de informação relevante e bem veiculada em várias mídias, de agentes de trânsito devidamente preparados, de cavaletes e indicação dos desvios possíveis, para diminuir os impactos negativos.

Podemos fazer analogia com um infarto e um AVC, que impedem o fluxo de sangue e exigem providências urgentes para que a pessoa não morra. O mesmo fenômeno ocorre com o trânsito, para que o fluxo seja restabelecido o mais rápido possível. (Eva Vider, *O Globo*, 9/10/2015 - adaptado)

1

O primeiro parágrafo do texto 1 fala de um Plano de Contingência para o Trânsito; o termo “contingência” tem como melhor definição para o contexto:

- (A) incerteza sobre se uma coisa acontecerá ou não;
- (B) política econômica fundada no princípio da compensação;
- (C) imposição de limite ou quota para a importação de determinada mercadoria;
- (D) controle e fiscalização legal de problemas;
- (E) impedimento de ações irregulares e perturbadoras da ordem pública.

2

O título dado ao texto 1 – Coordenação entre órgãos gestores – funciona como:

- (A) constatação de uma realidade;
- (B) crítica de uma deficiência;
- (C) ideal a ser atingido;
- (D) ironia diante de fatos repetidos;
- (E) alerta para perigos iminentes.

3

“Um Plano de Contingência para o Trânsito necessita de planejamento prévio para lidar com situações emergenciais”.

Nesse segmento do texto 1 há um problema de escritura; o problema está devidamente apontado em:

- (A) “Plano de Contingência” deve ser substituído por “Plano contingente”;
- (B) o termo “trânsito” deve ser substituído por “tráfego”, pois este último se refere à movimentação de veículos e pessoas;
- (C) o termo “situações emergenciais” pode ser reduzido ao termo “situações”, já que todas as situações referidas são emergenciais;
- (D) o verbo “lidar” deve ser substituído por “combater”, já que há um movimento de oposição;
- (E) “planejamento prévio” é redundante e o termo “prévio” poderia ser retirado.

4

“Um Plano de Contingência para o Trânsito necessita de planejamento prévio para lidar com situações emergenciais e atuar em casos que venham a causar transtornos”.

Respeitando-se o paralelismo, as formas que podem substituir adequadamente as formas nominais sublinhadas são:

- (A) que lide / que atue;
- (B) que lide / que atuem;
- (C) que lidasse / que atuasse;
- (D) a liderança / a atuação;
- (E) a lide / atuante.

5

Entre os segmentos do texto 1 abaixo, aquele que se refere a uma ação potencial, e não real, é:

- (A) “Um Plano de Contingência para o Trânsito necessita de planejamento prévio...”.
- (B) “que venham a causar transtornos nos principais corredores viários de uma cidade”.
- (C) “O aumento progressivo da frota de veículos provoca congestionamentos...”.
- (D) “Nesses casos, passam a exigir ações mais criativas e diferenciadas, ...”.
- (E) “...devendo ser planejadas por equipes de técnicos especializados, com a parceria das universidades”.

6

A oração adjetiva abaixo sublinhada que deveria vir introduzida com um pronome relativo precedido de preposição é:

- (A) “lidar com situações emergenciais e atuar em casos que venham a causar transtornos nos principais corredores viários de uma cidade”.
- (B) “O aumento progressivo da frota de veículos provoca congestionamentos que muitas vezes impedem que os procedimentos planejados de emergência sejam adotados”.
- (C) “O gerenciamento de acidentes de trânsito, como a velocidade que se desfaz o local de uma batida numa via estrutural”.
- (D) “Situações como obras, fechamento de ruas e de faixas de tráfego, enchentes, alagamentos das vias e quedas de encostas e árvores, que impedem a circulação normal de veículos”.
- (E) “Podemos fazer analogia com um infarto e um AVC, que impedem o fluxo de sangue...”.

7

“...planejamento prévio para lidar com situações emergenciais e atuar em casos que venham a causar transtornos nos principais corredores viários de uma cidade”.

Entre os itens abaixo, aquele que deve ser considerado como causa de transtornos e não como situação emergencial é:

- (A) aumento progressivo do número de veículos;
- (B) enchentes e alagamento das vias;
- (C) deslizamento de encostas;
- (D) obras e fechamentos de ruas;
- (E) quedas de árvores.

8

Abaixo estão vários pares formados por um substantivo seguido de um adjetivo; o par em que o significado do adjetivo mostra-se inadequado é:

- (A) situações emergenciais / referente a um acontecimento perigoso ou fortuito;
- (B) corredores viários / referente ao conjunto de estradas ou caminhos;
- (C) ações diferenciadas / referente a alguma coisa que diverge de outra;
- (D) via estrutural / referente a algo fundamental num conjunto;
- (E) órgãos gestores / referente a algo que gerencia ou administra.

9

Quando o autor de um texto emprega um substantivo coletivo que não é específico, necessita especificá-lo, que é o que ocorre em “frota de veículos”; o mesmo ocorre no seguinte caso:

- (A) uso de equipamentos;
- (B) equipes de técnicos;
- (C) parceria das universidades;
- (D) procedimentos de emergência;
- (E) circulação de veículos,

10

No texto 1 aparecem elementos que se relacionam, respectivamente, como causa e consequência; os termos em que essa relação lógica mostra troca de posição é:

- (A) aumento da frota de veículos / congestionamentos;
- (B) intensos congestionamentos / ações criativas e diferenciadas;
- (C) integração de órgãos gestores / solução de demandas;
- (D) gerenciamento de acidentes / uso de equipamentos especiais;
- (E) diminuição de impactos / uso de cavaletes e indicação de desvios.

11

A analogia final do texto 1 – trânsito e AVC – tem a seguinte finalidade textual:

- (A) criticar indiretamente o sistema brasileiro de saúde;
- (B) intensificar as consequências dos problemas de trânsito;
- (C) criar relações afetivas mais intensas com os leitores;
- (D) possibilitar melhor entendimento dos problemas citados;
- (E) dar vida a acontecimentos vistos como frios e indiferentes.

Texto 2 – Semana Nacional do Trânsito

Estamos no último dia da Semana Nacional do Trânsito e vamos encerrar falando sobre o tema que foi bem escolhido pelo Denatran: Seja Você a Mudança no Trânsito.

Vivemos numa sociedade que tem o hábito de responsabilizar o Estado, autoridades e governos pelas mazelas do país. Em muitos casos são críticas absolutamente procedentes, mas, quando o tema é segurança no trânsito, não nos podemos esquecer que quem faz o trânsito são seres humanos, ou seja, somos nós.

Deveríamos aproveitar a importância desta semana para refletir sobre nosso comportamento como pedestres, passageiros, motoristas, motociclistas, ciclistas, pais, enfim, como cidadãos cujas ações tem reflexo na nossa segurança, assim como dos demais. O pedestre que não respeita a faixa coloca em risco sua vida e também a do motorista e de terceiros. Muitas vezes para desviar de um pedestre e evitar seu atropelamento, um motorista perde o controle do veículo e provoca um acidente grave com outras pessoas que nada têm a ver com o comportamento do pedestre. Não precisamos nem aprofundar as consequências dos motoristas que andam em excesso de velocidade, sob efeito de álcool, ou que dirigem uma carreta cansados. São todos fatores humanos que contribuem para o que chamamos de acidente.

(....) Nesta semana nacional do trânsito pelo menos mil pessoas vão ter morrido nas ruas e nas estradas. Não podemos mais tolerar esses números e, para que isso mude realmente, é preciso que você e cada um de nós sejamos de fato os agentes da mudança na direção de um trânsito mais seguro. Com certeza você pode contribuir para isso, aproveite esta semana para refletir e conversar sobre o tema com seus entes queridos e amigos, afinal, quem morre no trânsito é amigo ou parente de alguém. Ninguém está livre disso.

Rodolfo Alberto Rizzotto (adaptado)

12

A partir da leitura do primeiro parágrafo do texto 2, descobrimos que:

- (A) a Semana Nacional do Trânsito foi comemorada com a realização de palestras e outras atividades;
- (B) os temas das palestras dadas na Semana Nacional do Trânsito diziam respeito à segurança dos passageiros;
- (C) os temas das palestras foram escolhidos por órgãos superiores da administração do trânsito;
- (D) o palestrante do último dia da Semana Nacional do Trânsito foi o responsável pelas palestras anteriores;
- (E) a Semana Nacional do Trânsito foi celebrada com atividades que se relacionavam tematicamente ao trânsito.

13

No texto 2, o autor emprega a primeira pessoa do plural em muitos segmentos. O segmento do texto abaixo que mostra um valor desse emprego diferente dos demais é:

- (A) “Estamos no último dia da Semana Nacional do Trânsito”;
- (B) “... vamos encerrar falando sobre o tema que foi bem escolhido pelo Denatran: Seja Você a Mudança no Trânsito”;
- (C) “Vivemos numa sociedade que tem o hábito de responsabilizar o Estado, autoridades e governos pelas mazelas do país”;
- (D) “não podemos esquecer que quem faz o trânsito são seres humanos, ou seja, somos nós”;
- (E) “Deveríamos aproveitar a importância desta semana para refletir sobre nosso comportamento como pedestres”.

14

“Seja você a mudança no trânsito”; a forma de reescrever-se essa mesma frase que mostra uma incorrecção da forma verbal no imperativo é:

- (A) sê tu a mudança no trânsito;
- (B) sejamos nós a mudança no trânsito;
- (C) sejam vocês a mudança no trânsito;
- (D) seja ele a mudança no trânsito;
- (E) sejaí vós a mudança no trânsito.

15

“Vivemos numa sociedade que tem o hábito de responsabilizar o Estado, autoridades e governos pelas mazelas do país. Em muitos casos são críticas absolutamente procedentes, mas, quando o tema é segurança no trânsito, não nos podemos esquecer que quem faz o trânsito são seres humanos, ou seja, somos nós”.

O desvio de norma culta presente nesse segmento do texto 2 é:

- (A) “Vivemos numa sociedade que tem o hábito”: deveria inserir a preposição “em” antes do “que”;
- (B) “críticas absolutamente procedentes”: o adjetivo “procedentes” deveria ser substituído por “precedentes”;
- (C) “Vivemos numa sociedade”: a forma verbal “Vivemos” deveria ser substituída por “vive-se”;
- (D) “não nos podemos esquecer que quem faz o trânsito”: deveria inserir-se a preposição “de” antes do “que”;
- (E) “quem faz o trânsito são seres humanos, ou seja, somos nós”: a forma verbal correta seria “fazemos” e não “faz”.

16

“Vivemos numa sociedade que tem o hábito de responsabilizar o Estado, autoridades e governos pelas mazelas do país”.

O comentário abaixo, atribuído a um leitor de um jornal paulista, que comprova a afirmativa acima é:

- (A) “o motorista, após o acidente, saltou do carro nitidamente embriagado”;
- (B) “os automóveis que se encontravam no engarrafamento tentavam escapar pelo acostamento”;
- (C) “a alta velocidade é a maior responsável pela gravidade dos acidentes observados”;
- (D) “a sinalização, escondida atrás das árvores, não é seguida pelos motoristas porque não é vista”;
- (E) “apesar das placas, o número de multados é cada vez maior”.

17

“Nesta semana nacional do trânsito pelo menos mil pessoas vão ter morrido nas ruas e nas estradas. Não podemos mais tolerar esses números e, para que isso mude realmente, é preciso que você e cada um de nós sejamos de fato os agentes da mudança na direção de um trânsito mais seguro. Com certeza você pode contribuir para isso, aproveite esta semana para refletir e conversar sobre o tema com seus entes queridos e amigos, afinal, quem morre no trânsito é amigo ou parente de alguém. Ninguém está livre disso”.

Nesse parágrafo do texto 2, há um conjunto de demonstrativos empregados de forma correta. O comentário inadequado sobre seu emprego é:

- (A) “nesta semana” / a forma “esta” se refere ao momento presente da enunciação;
- (B) “tolerar esses números” / a forma “esses” se refere ao número de mortos citado anteriormente;
- (C) “para que isso mude” / a forma “isso” se refere ao alto número de acidentes fatais;
- (D) “você pode contribuir para isso” / a forma “isso” se refere à mudança do número de mortos;
- (E) “ninguém está livre disso” / a forma “disso” se refere à possibilidade de ter um amigo ou parente morto no trânsito.

18

“Vivemos numa sociedade que tem o hábito de responsabilizar o Estado, autoridades e governos pelas mazelas do país. Em muitos casos são críticas absolutamente procedentes, mas, quando o tema é segurança no trânsito, não nos podemos esquecer que quem faz o trânsito são seres humanos, ou seja, somos nós”.

Em termos argumentativos, o autor do texto 2:

- (A) divide a responsabilidade da segurança no trânsito entre as autoridades e a legislação;
- (B) atribui às autoridades uma maior responsabilidade por um trânsito seguro;
- (C) retira das autoridades qualquer responsabilidade sobre a segurança no trânsito;
- (D) isenta parcialmente as autoridades sobre as responsabilidades em relação à segurança no trânsito;
- (E) indica a população como única responsável pela segurança no trânsito.

19

“Deveríamos aproveitar a importância desta semana para refletir sobre nosso comportamento como pedestres, passageiros, motoristas, motociclistas, ciclistas, pais, enfim, como cidadãos cujas ações tem reflexo na nossa segurança, assim como dos demais”.

O comentário correto sobre os componentes desse segmento do texto 2 é:

- (A) a forma verbal “deveríamos” tem como sujeito todos os motoristas;
- (B) a forma verbal “tem” deveria ter acento circunflexo pois seu sujeito está no plural;
- (C) a forma “sobre” deveria ser substituída pela forma “sob”;
- (D) a forma “enfim” deveria ser grafada em duas palavras “em fim”;
- (E) a forma “dos demais” deveria ser substituída por “das demais”, por referir-se ao feminino “ações”.

20



Deduz-se da leitura que:

- (A) os ciclistas e os motoristas são os mais injustiçados no trânsito;
- (B) todas as falas são atribuídas ao ciclista;
- (C) os pedestres estão sempre em situação perigosa;
- (D) os veículos motorizados são os que mais respeitam as regras de trânsito;
- (E) o menino da tira demonstra a mesma atitude diante de motoristas e ciclistas.

O Colégio Bom Conselho, em Porto Alegre, promoveu um concurso de charges sobre o trânsito e o primeiro lugar foi dado à charge abaixo:



21

Sobre a charge, é correto afirmar que seu tema central é:

- (A) a solidariedade no trânsito;
- (B) as dificuldades de locomoção;
- (C) a violência no trânsito;
- (D) a ausência de autoridade;
- (E) a falta de fiscalização adequada.

22

A charge anterior apoia-se na estrutura de uma figura de linguagem, que é:

- (A) a hipérbole;
- (B) o eufemismo;
- (C) a catacrese;
- (D) o pleonasmo;
- (E) a metáfora.

23



A charge mostra uma característica das mudanças no trânsito, que é:

- (A) a dificuldade de locomoção;
- (B) a falta de estacionamentos;
- (C) a ausência de fiscais;
- (D) a presença de criatividade;
- (E) a solidariedade dos motoristas.

Texto 3 – TRÂNSITO: SOLUÇÕES

Em 1997 foram criados os rodízios para diminuir a circulação de veículos em determinados horários na capital paulista. Também foram feitas ciclovias (17,5 km) e campanhas de conscientização. Mas nada disso resolveu o caos no trânsito.

Também foi incentivado o uso de motocicletas, que ocupam menos espaço no tráfego. Porém, elas poluem mais do que veículos novos e são as principais causadoras de mortes no trânsito. Segundo o “Mapa da Violência 2011”, do Instituto Sangari, o número de vítimas fatais no trânsito brasileiro subiu 23,9%, de 1998 a 2008; entre os motociclistas, o aumento foi de 753,8%.

Por isso, cada vez mais especialistas defendem a mobilidade urbana sustentável. Uma das principais mudanças seria o investimento em transporte coletivo e o desestímulo ao individual.

Entre as medidas sugeridas – e uma das mais polêmicas – está a cobrança de pedágio urbano. Ele consiste em cobrar uma tarifa dos motoristas que circulem em determinadas áreas da cidade. O modelo foi implantado pela primeira vez em 1975, em Cingapura, e se espalhou por países europeus.

Em São Paulo, há projetos que tramitam na Câmara para cobrar motoristas que trafeguem na região central. As tarifas variam de R\$ 1 a R\$ 4, valor que especialistas acham pouco para que a medida dê resultado.

Há ainda propostas de aumento da malha ferroviária – atualmente, 60% do transporte brasileiro é feito em rodovias. São Paulo, por exemplo, possui apenas 65,3 km de linhas de metrô, enquanto Santiago do Chile (com metade da população paulista) possui 83,2 km e Nova York, 479 km.

Todos esses pontos são avaliados como soluções para as demais capitais brasileiras e mesmo para cidades de médio porte, que já enfrentam problemas semelhantes.

24

No primeiro parágrafo do texto 3 há duas formas verbais na voz passiva: “foram criadas” e “foram feitas”. A opção pela voz passiva faz com que as ações realizadas:

- (A) não mostrem seus agentes;
- (B) se localizem em passado distante;
- (C) se processem simultaneamente;
- (D) sejam atribuídas a agentes diferentes;
- (E) indiquem ações potenciais e não reais.

25

“Também foram feitas ciclovias e campanhas de conscientização”.

A forma ativa dessa frase passiva é:

- (A) fizeram ciclovias e também campanhas de conscientização;
- (B) também fizeram ciclovias e campanhas de conscientização;
- (C) também tinham feito ciclovias e campanhas de conscientização;
- (D) também faziam ciclovias e campanhas de conscientização;
- (E) ciclovias e campanhas de conscientização também eram feitas.

26

“Todos esses pontos são avaliados como soluções para as demais capitais brasileiras e mesmo para cidades de médio porte, que já enfrentam problemas semelhantes”.

A frase abaixo em que o vocábulo “mesmo” aparece com sentido idêntico ao que possui no trecho acima é:

- (A) mesmo com trânsito caótico, muitos saem de carro;
- (B) dizem que o trânsito está engarrafado mesmo!;
- (C) os turistas chegaram no mesmo dia;
- (D) as multas são iguais, mesmo para carros menores;
- (E) andava devagar, mesmo com carro potente.

27

Em todos os segmentos abaixo há a preocupação de eliminar-se o QUE das frases originais; a opção em que essa modificação foi feita de forma inadequada é:

- (A) “soluções para as demais capitais brasileiras e mesmo para cidades de médio porte, que já enfrentam problemas semelhantes” / já com problemas semelhantes;
- (B) “Também foi incentivado o uso de motocicletas, que ocupam menos espaço no tráfego” / com menos espaço de ocupação no tráfego;
- (C) “Ele consiste em cobrar uma tarifa dos motoristas que circulam em determinadas áreas da cidade” / com circuito em determinadas áreas da cidade;
- (D) “Em São Paulo, há projetos que tramitam na Câmara para cobrar motoristas que trafeguem na região central” / em tráfego na região central;
- (E) “Em São Paulo, há projetos que tramitam na Câmara para cobrar motoristas que trafeguem na região central” / em tramitação na Câmara.

28

Abaixo estão cinco medidas que pretendem melhorar o problema do trânsito nas grandes cidades. O aspecto positivo de uma delas que, no contexto, está apontado de forma correta é:

- (A) rodízios / melhora a conscientização das pessoas;
- (B) ciclovias / redução da poluição do ar;
- (C) uso de motocicletas / aumento do número de acidentes;
- (D) cobrança de pedágio / aumento da arrecadação municipal;
- (E) incentivo ao transporte coletivo / redução do número de transportes individuais.

29

Entre os termos sublinhados abaixo, aquele que exerce a função de complemento é:

- (A) áreas da cidade;
- (B) campanhas de conscientização;
- (C) cidades de médio porte;
- (D) cobrança de pedágio;
- (E) número de vítimas.

30

Entre as frases abaixo, aquela que está empregada em sentido figurado é:

- (A) “Em 1997 foram criados os rodízios para diminuir a circulação de veículos em determinados horários na capital paulista”;
- (B) “Também foram feitas ciclovias (17,5 km) e campanhas de conscientização”;
- (C) “Mas nada disso resolveu o caos no trânsito”;
- (D) “Também foi incentivado o uso de motocicletas, que ocupam menos espaço no tráfego”;
- (E) “Porém, elas poluem mais do que veículos novos e são as principais causadoras de mortes no trânsito”.

Conhecimentos Específicos

31

Francisco vendeu seu carro e, do valor recebido, usou a quarta parte para pagar dívidas, ficando então com R\$ 21.600,00.

Francisco vendeu seu carro por:

- (A) R\$ 27.600,00;
- (B) R\$ 28.400,00;
- (C) R\$ 28.800,00;
- (D) R\$ 29.200,00;
- (E) R\$ 29.400,00.

32

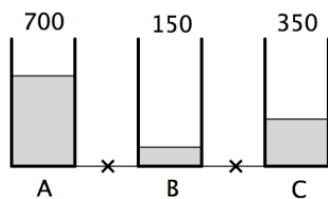
No primeiro turno do campeonato piauiense de futebol 6 times participam, mas somente 4 chegam às semifinais.

O número de possibilidades diferentes para o conjunto dos 4 times que estarão nas semifinais é:

- (A) 10;
- (B) 12;
- (C) 15;
- (D) 18;
- (E) 30.

33

Em um prédio há três caixas d'água chamadas de A, B e C e, em certo momento, as quantidades de água, em litros, que cada uma contém aparecem na figura a seguir.



Abrindo as torneiras marcadas com x no desenho, as caixas foram interligadas e os níveis da água se igualaram.

Considere as seguintes possibilidades:

1. A caixa A perdeu 300 litros.
2. A caixa B ganhou 350 litros.
3. A caixa C ganhou 50 litros.

É verdadeiro o que se afirma em:

- (A) somente 1;
- (B) somente 2;
- (C) somente 1 e 3;
- (D) somente 2 e 3;
- (E) 1, 2 e 3.

34

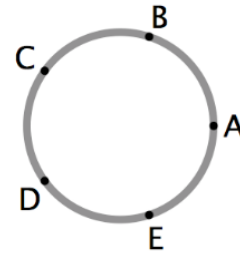
Um grupo de 6 estagiários foi designado para rever 50 processos e cada processo deveria ser revisto por apenas um dos estagiários. No final do trabalho, todos os estagiários trabalharam e todos os processos foram revistos.

É correto afirmar que:

- (A) um dos estagiários reviu 10 processos;
- (B) todos os estagiários reviram, cada um, pelo menos 5 processos;
- (C) um dos estagiários só reviu 2 processos;
- (D) quatro estagiários reviram 7 processos e dois estagiários reviram 6 processos;
- (E) pelo menos um dos estagiários reviu 9 processos ou mais.

35

A figura abaixo mostra uma pista circular de ciclismo dividida em 5 partes iguais pelos pontos A, B, C, D e E.



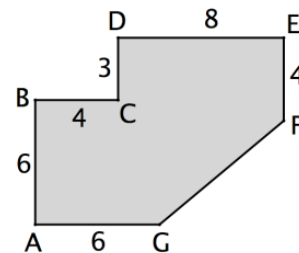
Os ciclistas Marcio e Paulo partem simultaneamente do ponto A, percorrendo a pista em sentidos opostos. Marcio anda no sentido horário com velocidade de 10km/h, Paulo no sentido anti-horário com velocidade de 15km/h, e eles se cruzam várias vezes.

Marcio e Paulo se cruzam pela terceira vez no ponto:

- (A) A;
- (B) B;
- (C) C;
- (D) D;
- (E) E.

36

A figura abaixo mostra a planta de um salão. Os ângulos A, B, C, D e E são retos e as medidas assinaladas estão em metros.



A área desse salão em m^2 é:

- (A) 81;
- (B) 86;
- (C) 90;
- (D) 94;
- (E) 96.

37

As fotos dos 60 funcionários de certa seção da prefeitura serão colocadas em um quadro retangular, arrumadas em linhas e colunas. Sabe-se que o quadro deve ter pelo menos 3 linhas e pelo menos 3 colunas.

O número de formatos diferentes (número de linhas e número de colunas) que esse quadro poderá ter é:

- (A) 5;
- (B) 6;
- (C) 7;
- (D) 8;
- (E) 10.

38

Considere a afirmação:

“Mato a cobra e mostro o pau”

A negação lógica dessa afirmação é:

- (A) não mato a cobra ou não mostro o pau;
- (B) não mato a cobra e não mostro o pau;
- (C) não mato a cobra e mostro o pau;
- (D) mato a cobra e não mostro o pau;
- (E) mato a cobra ou não mostro o pau.

39

Cada um dos 160 funcionários da prefeitura de certo município possui nível de escolaridade: fundamental, médio ou superior. O quadro a seguir fornece algumas informações sobre a quantidade de funcionários em cada nível:

	Fundamental	Médio	Superior
Homens	15	30	
Mulheres	13		36

Sabe-se também que, desses funcionários, exatamente 64 têm nível médio. Desses funcionários, o número de homens com nível superior é:

- (A) 30;
- (B) 32;
- (C) 34;
- (D) 36;
- (E) 38.

40

O conselho diretor de uma empresa teve os mesmos 5 membros desde o ano 2012. Na última reunião deste ano de 2015 o membro mais velho, que tinha 58 anos, foi substituído por um mais jovem, mas a média de idade dos membros do conselho ficou igual à média das idades na mesma época de 2012.

Na reunião de 2015, a idade do novo membro do conselho era de:

- (A) 40 anos;
- (B) 41 anos;
- (C) 42 anos;
- (D) 43 anos;
- (E) 44 anos.

41

Em uma empresa com 40 funcionários, um funcionário é considerado novo quando está na empresa há menos de 5 anos e é considerado antigo quando está há 5 anos ou mais.

Atualmente, há 14 funcionários novos na empresa, 18 funcionários com curso superior e 16 funcionários antigos que não possuem curso superior.

O número de funcionários novos com curso superior é:

- (A) 4;
- (B) 6;
- (C) 8;
- (D) 10;
- (E) 12.

42

A partir do ano de 1852, quando a cidade de Teresina foi fundada, certa igreja resolveu promover, de 7 em 7 anos, uma festa em homenagem a Nossa Senhora do Amparo, a padroeira da cidade. Essa festa ocorre, então em 1859, 1866, e assim por diante, estabelecendo uma tradição.

Mantendo-se a tradição, a próxima festa será realizada em:

- (A) 2017;
- (B) 2018;
- (C) 2019;
- (D) 2020;
- (E) 2021.

43

Francisca tem um saco com moedas de 1 real. Ela percebeu que, fazendo grupos de 4 moedas, sobrava uma moeda, e, fazendo grupos de 3 moedas, ela conseguia 4 grupos a mais e sobravam 2 moedas.

O número de moedas no saco de Francisca é:

- (A) 49;
- (B) 53;
- (C) 57;
- (D) 61;
- (E) 65.

44

Renato falou a verdade quando disse:

- Corro ou faço ginástica.
- Acordo cedo ou não corro.
- Como pouco ou não faço ginástica.

Certo dia, Renato comeu muito.

É correto concluir que, nesse dia, Renato:

- (A) correu e fez ginástica;
- (B) não fez ginástica e não correu;
- (C) correu e não acordou cedo;
- (D) acordou cedo e correu;
- (E) não fez ginástica e não acordou cedo.

45

Em um saco há 3 bolas brancas, 3 bolas amarelas e 3 bolas vermelhas. Duas delas são retiradas ao acaso.

A probabilidade de que essas bolas sejam de cores diferentes é:

- (A) $\frac{3}{4}$;
- (B) $\frac{3}{5}$;
- (C) $\frac{4}{5}$;
- (D) $\frac{2}{3}$;
- (E) $\frac{1}{2}$.

46

Para fins de divisão e organização do serviço, o Estado do Piauí possui uma divisão judiciária. A esse respeito, é correto afirmar que:

- (A) a divisão judiciária somente contempla a organização em instâncias;
- (B) existem comarcas de entrância final, de entrância intermediária e de entrância inicial;
- (C) as comarcas são sempre classificadas em duas categorias;
- (D) os Juizados Especiais são sempre enquadrados na primeira entrância;
- (E) somente a Capital do Estado é uma comarca de entrância final.

47

A respeito da denominada “reversão”, é correto afirmar que:

- (A) consubstancia uma forma de provimento terceirizado do cargo público;
- (B) reflete o retorno do servidor em gozo de férias à atividade regular;
- (C) é forma de retorno a um estágio anterior da respectiva carreira;
- (D) pode ocorrer quando insubsistentes os motivos da aposentadoria por invalidez;
- (E) somente pode ocorrer após a declaração de invalidade do ato de exoneração.

48

A criação de uma comarca está condicionada ao preenchimento de determinados requisitos previstos na lei de organização judiciária. A esse respeito, é correto afirmar que:

- (A) a área do respectivo território deve ser superior a quarenta quilômetros quadrados;
- (B) a população mínima do Município deve ser de vinte mil habitantes;
- (C) os Municípios não podem concorrer com recursos próprios para o preenchimento dos requisitos legais;
- (D) a população mínima do Município deve ser de quinze mil habitantes;
- (E) o serviço forense da comarca a ser desmembrada deve ser de, no mínimo, sessenta processos anuais.

49

A respeito da sistemática afeta ao cargo de Secretário de Serviços Cartorários Cíveis, é correto afirmar, de acordo com a sistemática do Plano de Carreiras e Remuneração dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Piauí, que:

- (A) é um cargo de provimento efetivo, o que exige a prévia aprovação em concurso público;
- (B) é um cargo em comissão, que tem como requisito a conclusão do ensino médio;
- (C) do valor da respectiva gratificação, 10% correspondem ao vencimento e 90% à representação;
- (D) o substituto legal ou eventual do Secretário deve ter cursado, no mínimo, o segundo ano do ensino médio;
- (E) o servidor público efetivo designado para o cargo pode acumular a remuneração com a do cargo que ocupa.

50

Considerando a divisão de competências no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, mais especificamente as atividades desenvolvidas pela Corregedoria Geral da Justiça, bem como sua organização interna, é correto afirmar que:

- (A) esse órgão deve fiscalizar os serviços forenses e administrativos da justiça de primeiro e de segundo graus;
- (B) somente a Corregedoria realiza correições ordinárias e anuais nos órgãos de primeira instância;
- (C) o Desembargador, no exercício do mandato de Corregedor Geral, fica dispensado de sua função judicante normal;
- (D) as correições extraordinárias são sempre realizadas por deliberação da Corregedoria Geral;
- (E) não estão sujeitas à correição da Corregedoria Geral as escriturarias das Varas de Fazenda Pública.

51

Em razão do escalonamento funcional existente no serviço público estadual e da correlata organização dos cargos públicos em carreira, é correto afirmar que:

- (A) a transposição de cargos públicos é uma forma de elevação na respectiva carreira;
- (B) tanto o servidor estável como aquele em estágio probatório podem ser livremente promovidos;
- (C) a avaliação do servidor, para fins de promoção, é realizada exclusivamente pelo superior hierárquico;
- (D) na promoção na carreira, o critério de antiguidade tem precedência sobre o de merecimento;
- (E) é exigido um interstício mínimo de dois anos para a promoção de um nível para outro da carreira.

52

No que diz respeito às garantias e às atividades desenvolvidas pelos Juízes de Direito Adjuntos, é correto afirmar que:

- (A) atuam juntamente com os Juízes de Direito, exercendo as mesmas competências;
- (B) devem substituir os Juízes de Direito, mas não têm as mesmas garantias dos magistrados;
- (C) somente podem exercer funções administrativas, não funções judicantes;
- (D) somente podem praticar atos de instrução, não atos decisórios;
- (E) são numerados ordinalmente e têm as mesmas garantias dos magistrados.

53

A respeito da responsabilização administrativa dos servidores, é correto afirmar, nos termos do Plano de Carreiras e Remuneração dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Piauí, que a instauração do respectivo processo administrativo ou sindicância punitiva cabe:

- (A) conforme a instância de atuação do servidor, ao Presidente do Tribunal de Justiça ou ao Corregedor-Geral da Justiça;
- (B) ao Juiz de Direito ao qual o servidor implicado está subordinado ou ao Juiz Diretor do Fórum;
- (C) concorrentemente, ao Corregedor-Geral da Justiça ou ao Juiz de Direito ao qual o servidor está subordinado;
- (D) exclusivamente ao Presidente do Tribunal de Justiça, que pode delegar a instrução a um Juiz de Direito;
- (E) exclusivamente ao Corregedor-Geral da Justiça, que pode delegar a instrução a um Juiz de Direito.

54

Apesar de os Juízes de Direito possuírem a garantia constitucional da inamovibilidade, é possível determinar a sua remoção compulsória em situações excepcionais, o que ocorre quando demonstrado que sua permanência é prejudicial ao interesse público. A esse respeito, é correto afirmar que o processo de remoção compulsória:

- (A) somente pode ser iniciado por proposta do Presidente do Tribunal de Justiça;
- (B) exige prova pré-constituída, não havendo espaço para dilação probatória;
- (C) decorre de ato prejudicial ao interesse público, como o vício de embriaguez;
- (D) não pode ser instaurado pelo fato de o Juiz estar sendo ameaçado em sua segurança pessoal;
- (E) pode ser antecedido de sindicância, da alçada do Tribunal Pleno, para apurar situações prejudiciais ao interesse público.

55

A respeito das atribuições da carreira de Analista Processual, afeta à área judiciária do grupo funcional de Analista Judiciário, é correto afirmar que, no seu rol de competências está:

- (A) redigir, em forma legal, os ofícios e mandados;
- (B) comparecer às audiências ou designar substituto;
- (C) realizar diligências e cumprir os mandados judiciais;
- (D) responder a consulta jurídica quando solicitado;
- (E) prestar assistência técnica e apoio na área de informática.

56

Determinado servidor público sofreu grave acidente de trabalho e foi afastado do serviço público. Após um período de recuperação, foi sensível a redução de sua capacidade laborativa. Apesar disso, era plenamente possível que viesse a exercer atribuição diversa, compatível com suas atuais condições físicas. Nesse caso, o referido servidor:

- (A) será readaptado e, caso inexistir cargo vago, exercerá suas atribuições como excedente até a ocorrência de vaga;
- (B) quando retornar ao serviço público, deve exercer, necessariamente, as mesmas atribuições que exercia quando do acidente;
- (C) não pode retornar ao serviço público, devendo ser necessariamente aposentado por invalidez;
- (D) pode ocupar qualquer outro cargo público compatível com suas condições físicas, independentemente do nível de escolaridade exigido;
- (E) somente poderá ser reintegrado quando criado um cargo público semelhante ao que ocupava, de modo que possa provê-lo.

57

Considerando a sistemática estabelecida no Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, a respeito dos limites das decisões monocráticas passíveis de serem proferidas pelo relator, é correto afirmar que ele:

- (A) não pode denegar ou decretar a prisão preventiva nos processos criminais;
- (B) pode julgar o mérito dos recursos sempre que estiver convencido da correção da tese sustentada;
- (C) pode determinar que o Ministério Público ajuíze a ação penal cabível sempre que demonstrada a autoria de crime;
- (D) pode denegar a ordem em mandado de segurança, desde que siga a jurisprudência consolidada do Tribunal;
- (E) não pode expedir alvarás de soltura, o que é de competência exclusiva do colegiado.

58

Um ex-servidor público estadual procurou a Administração Pública e afirmou que desejava ser reconduzido ao cargo.

É possível que tal ocorra no caso de:

- (A) servidor público inativo, quando cessarem os motivos da aposentadoria por invalidez;
- (B) servidor estável, quando inabilitado em estágio probatório relativo a outro cargo;
- (C) ocupante de cargo em comissão, que é nomeado para outro cargo;
- (D) servidor público inativo, quando a sua aposentadoria for anulada por decisão judicial transitada em julgado;
- (E) servidor estável, quando invalidada a decisão administrativa que aplicou a sanção de demissão.

59

A respeito da organização interna do Tribunal de Justiça do Piauí, para fins de prestação da tutela constitucional, é correto afirmar que ele funcionará:

- (A) em plenário, em seções cíveis e criminais, bem como em câmaras especializadas, sendo três cíveis e duas criminais;
- (B) em plenário, em câmaras especializadas, sendo quatro cíveis e duas criminais, e em câmaras reunidas;
- (C) em seções cíveis e criminais, em câmaras especializadas, sendo duas cíveis e duas criminais, e em câmaras reunidas;
- (D) em seções cíveis e criminais e em câmaras reunidas, sendo três cíveis e três criminais;
- (E) em plenário e em câmaras especializadas, sendo duas cíveis e duas criminais.

60

A denominada exoneração do serviço público é uma forma de dissolução do vínculo funcional passível de ocorrer quando o servidor público estadual:

- (A) for condenado, em decisão administrativa irrecorrível, pela prática de uma infração disciplinar;
- (B) requerer a sua aposentadoria voluntária, por ter preenchido os requisitos etário e de tempo de serviço;
- (C) for promovido para cargo diverso, inserido na mesma carreira a que pertence;
- (D) tomar posse no cargo público e não tiver um exercício funcional contínuo pelo prazo de seis meses;
- (E) não satisfizer as condições estabelecidas para o seu estágio probatório.

61

Considere uma empresa em que os funcionários trabalham durante o mês de dezembro e somente irão receber o pagamento no 5º dia útil do próximo mês.

Indique o impacto nos relatórios contábeis, do mês de dezembro, do fato descrito acima, analisado pelo regime de caixa e pelo regime competência, respectivamente:

- (A) Aumento da Despesa e Redução do Passivo;
- (B) Aumento do Passivo e Redução da Despesa;
- (C) Redução do Lucro e Aumento do Prejuízo;
- (D) Redução da Despesa e Aumento do Passivo;
- (E) Aumento do Lucro e Redução do Prejuízo.

62

Devido a problemas ocorridos no sistema contábil, uma sociedade empresária perdeu diversas informações referentes ao período X2. O Contador conseguiu apurar o valor do resultado bruto do período, que foi de R\$43.200,00.

O seu assistente conseguiu as informações apresentadas abaixo:

Estoque final de mercadorias em X1	7.500,00
Despesas com frete nas vendas em X2	1.850,00
Devolução de mercadorias compradas em X2	2.230,00
Compras de mercadorias realizadas em X2	16.900,00
Levantamento do estoque existente no final do período X2	10.170,00
Despesa com Salários em X2	6.580,00

O valor total das vendas realizadas no período X2 foi de:

- (A) 55.200,00;
- (B) 57.230,00;
- (C) 57.050,00;
- (D) 63.630,00;
- (E) 57.430,00.

63

A Fit Alimentos Saudáveis adquiriu em 30/06/14, da Farinhas & Farinhas, 5 kg de Farinha de arroz, 4 kg de farinha de amêndoas e 3 kg de polvilho doce, sendo que cada um dos itens custaram R\$35, R\$480 e R\$20, respectivamente. A data de vencimento da compra realizada pela Fit Alimentos era 30/07/14. No dia 02/08/14 o Contas a Pagar informou que não havia sido feito o pagamento a Farinha & farinhas, e que o mesmo estaria sujeito a multa de 10%. O Gerente Financeiro da Fit Alimentos solicitou que fosse realizado o pagamento no dia seguinte. As operações realizadas nos dias 30/06 e 03/08 configuram, respectivamente, os fatos contábeis:

- (A) Permutativo e Modificativo Diminutivo;
- (B) Permutativo e Misto Diminutivo;
- (C) Permutativo e Misto Aumentativo;
- (D) Modificativo Aumentativo e Misto Diminutivo;
- (E) Modificativo Aumentativo e Permutativo.

64

A SalvaTudo comercializa pen drives e em seu controle de estoques havia um saldo final, em 31/03, no valor de R\$8.000,00, referentes a 1.000 pen drives. Em abril ocorreram as seguintes operações:

- 01/04 – Compra de 300 pen drives por R\$8,20 cada, com pagamento para 30 dias;
08/04 – Foram vendidos 20% do estoque por R\$17,00 cada;
16/04 – Compra de 200 pen drives por R\$8,25 cada, com pagamento no ato;
20/04 – Venda de 120 pen drives, a prazo, por R\$ 17,00 cada;
30/04 – Venda de 100 pen drives por R\$1.360,00 a prazo.

De acordo com as informações apresentadas, é correto afirmar que se o controle de estoque utilizar:

- (A) o método PEPS, terá um estoque final subavaliado e o custo das mercadorias vendidas superavaliado;
(B) o método UEPS, terá um estoque final superavaliado e o custo das mercadorias vendidas subavaliado;
(C) a Média Móvel Ponderada, apresentará um estoque final em abril no valor de R\$8.164,00;
(D) o método UEPS, apresentará o custo das mercadorias vendidas em abril no valor de R\$3.946,00;
(E) o método PEPS, apresentará o saldo do estoque em abril composto por 1.080 pen drives no valor total de R\$8.750,00.

65

Com relação à escrituração contábil de uma entidade, analise as afirmativas abaixo:

I - O registro contábil deve conter o número de identificação do lançamento em ordem sequencial relacionado ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos contábeis.

II - Lançamento de complementação é aquele que promove a regularização de conta indevidamente debitada ou creditada, por meio da transposição do registro para a conta adequada.

III - Segunda Fórmula: são os lançamentos que envolvem mais de uma conta a débito e apenas uma conta a crédito.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I.
(B) somente I e II;
(C) somente I e III;
(D) somente II e III;
(E) I, II e III;

66

De acordo com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) analise as afirmativas apresentadas e atribua (V) para as afirmativas verdadeiras e (F) para as falsas:

() O PCASP está estruturado de acordo com as seguintes naturezas das informações contábeis: orçamentária, patrimonial e controle. A natureza da informação de controle tem por fim registrar, processar e evidenciar os fatos financeiros e não financeiros relacionados com as variações qualitativas e quantitativas do patrimônio público.

() Um dos objetivos do PCASP é atender à administração direta e à administração indireta das três esferas de governo, inclusive quanto às peculiaridades das empresas estatais dependentes e dos Regimes Próprios de Previdência Social.

() Com relação à amortização de operação de crédito, o pagamento da dívida é um fato modificativo sob a ótica patrimonial. No entanto, o pagamento só poderá ser efetuado se o passivo estiver marcado com o atributo Financeiro.

() O recebimento de dívida ativa corresponde a uma receita, pela ótica orçamentária, com simultânea baixa contábil do crédito registrado anteriormente no ativo, sob a ótica patrimonial.

A sequência correta é:

- (A) F – V – F – V;
(B) V – F – F – F;
(C) F – V – V – V;
(D) F – V – V – F;
(E) V – F – V – V.

67

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o Anexo de Riscos Fiscais deve integrar o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada ente da federação. Considerando as disposições contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais, é correto afirmar em relação ao Anexo de Riscos Fiscais, que:

- (A) um prefeito que propuser Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que não contenha os riscos fiscais na forma da lei, perderá o mandato;
(B) os riscos fiscais podem ser conceituados como a possibilidade da ocorrência de eventos repetitivos que venham a impactar negativamente as contas públicas, integrando, portanto, o Anexo de Riscos Fiscais;
(C) os precatórios judiciais enquadram-se no conceito de risco fiscal, conforme estabelecido no § 1º do art. 100 da Constituição Federal, devendo ser incluídos no Anexo de Riscos Fiscais;
(D) garantias e avais emitidos a favor de entidades do setor público devem ser registradas contabilmente como Passivo no Balanço do Município e, portanto, não devem integrar o Anexo de Riscos Fiscais;
(E) os valores previstos referentes à frustração da arrecadação e à restituição de tributos a maior, devem ser apresentados no Anexo de Riscos Fiscais como Passivos Contingentes.

68

A fim de dar cumprimento aos preceitos da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deve conter, entre outros, os seguintes demonstrativos:

- (A) Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS; e Estimativa da Receita Corrente Líquida;
- (B) Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior; e Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- (C) Restos a Pagar; e Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- (D) Evolução do Patrimônio Líquido; e Margem de Expansão das Despesas de Capital;
- (E) Passivos Contingentes; e Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos.

69

A Prefeitura de Semirades, devido a problemas estruturais em seu sistema informatizado, deixou de publicar o Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente ao 3º bimestre de 2015. Na ausência de divulgação do RREO, o Município ficará proibido de:

- (A) estabelecer convênios com organizações sociais para ações de transporte público;
- (B) receber transferências constitucionais, exceto se relativas a ações de educação e saúde;
- (C) realizar concurso público;
- (D) contratar operação de crédito, exceto as destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária;
- (E) desafetar um imóvel público.

70

Entre os demonstrativos que integram o Relatório Resumido da Execução Orçamentária previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), inclui-se o Demonstrativo do Resultado Nominal, que deve conter:

- (A) a variação da dívida fiscal líquida, apurada pela variação do endividamento bruto num determinado período;
- (B) a dívida consolidada líquida que corresponde ao saldo da dívida consolidada, adicionada das Garantias e Contragarantias, deduzida do Ativo Disponível e dos Haveres Financeiros, líquido dos Restos a Pagar Processados;
- (C) o valor relativo à meta do Resultado Nominal fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO, e o cálculo da Dívida Fiscal Líquida Previdenciária do Regime Previdenciário;
- (D) o montante total apurado das obrigações financeiras, das dívidas mobiliária, contratual e outras dívidas, incluindo as intraorçamentárias;
- (E) os haveres financeiros, dentre os quais os créditos tributários reconhecidos segundo o regime de competência, os valores inscritos em Dívida Ativa, e outros valores que representem créditos a receber, deduzindo a Dívida Consolidada.

71

O Tribunal de Contas do Estado identificou que um ente federativo deixou de cumprir suas obrigações referentes ao limite constitucional de gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, entretanto, o limite de aplicação em saúde foi bem superior ao percentual obrigatório.

Diante desses fatos, é correto afirmar, em relação ao ente federativo, que:

- (A) serão consideradas não autorizadas e irregulares as despesas direcionadas à aplicação em saúde;
- (B) encontra-se impossibilitado de receber transferência voluntária de ente da Federação que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados às ações de educação, saúde e assistência social;
- (C) não poderá destinar recursos para cobrir necessidades de pessoas físicas ou débitos de pessoas jurídicas, mesmo que atendendo às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e previstas no orçamento;
- (D) encontra-se impossibilitado de formalizar pleito, junto ao Ministério da Fazenda, para a contratação de operação de crédito;
- (E) apesar de ter autorização na lei orçamentária, não poderá prosseguir com a execução de despesas de capital destinadas a novos investimentos públicos.

72

A Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, conhecida como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece normas para a elaboração e divulgação de Relatório de Gestão Fiscal, pelos titulares. O Relatório de Gestão Fiscal deve:

- (A) abranger administração direta, autarquias, fundações, fundos e empresas estatais dependentes, e também os consórcios públicos, que integram a administração indireta dos entes da Federação consorciados;
- (B) conter demonstrativos comparativos com os limites de que trata a LRF, referentes a despesa total com pessoal; dívida consolidada; concessão de garantias e contragarantias; resultado primário; e operações de crédito;
- (C) contemplar no último quadrimestre os demonstrativos do montante da disponibilidade de caixa e dos Restos a Pagar; e das parcerias público-privadas;
- (D) observar o limite prudencial estabelecido para o acompanhamento da despesa com pessoal, que representa 90 % do limite máximo legal;
- (E) assegurar a transparência da gestão fiscal excluindo do Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida valores não incluídos no conceito de dívida consolidada, como os precatórios anteriores a 05/05/2000.

73

O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) é a estrutura básica da escrituração contábil, que tem por finalidade geral o fornecimento de informações aos seus diversos usuários. Para atender a esse objetivo é estruturado em grandes grupos de contas contábeis, e estas identificadas em níveis de desdobramentos, sendo o quinto nível das contas de natureza patrimonial utilizado para identificar os saldos recíprocos. As contas que forem identificadas no 5º nível com o dígito 2 - Intra OFSS, identificarão as operações:

- (A) entre uma entidade que pertence ao orçamento fiscal e da seguridade social de um ente público e uma organização social;
- (B) entre uma entidade que pertence ao orçamento fiscal e da seguridade social de um ente público e uma empresa estatal independente;
- (C) realizadas entre um estado e um município;
- (D) referentes a transações patrimoniais dentro de uma mesma entidade;
- (E) entre entidades que pertencem ao orçamento fiscal e da seguridade social do mesmo ente público.

74

Quando o fato gerador do passivo ocorrer antes do empenho da despesa orçamentária, o MCASP orienta que devem ser efetuados no momento do empenho os seguintes registros contábeis para proporcionar a correta mensuração do passivo do ente público:

- (A) a transferência simultânea de saldo da conta Crédito Disponível para a conta Crédito Empenhado a Liquidar e da conta Crédito Empenhado a Liquidar para a conta Crédito Empenhado em Liquidação;
- (B) apenas a transferência de saldo da conta Crédito Empenhado a Liquidar para a conta Crédito Empenhado em Liquidação;
- (C) apenas a transferência de saldo da conta Crédito Empenhado em Liquidação para a conta Crédito Empenhado Liquidado a Pagar;
- (D) a transferência de saldo da conta Crédito Disponível para a conta Crédito Empenhado a Liquidar e da conta DDR Comprometida por Empenho para a conta DDR Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias;
- (E) a transferência do saldo da conta Crédito Empenhado em Liquidação para a conta Crédito Empenhado Liquidado a Pagar e da conta DDR Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias para a conta DDR Utilizada.

75

As Demonstrações Contábeis previstas na NBCT 16.6 devem ser elaboradas seguindo a estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A partir dessa estrutura:

- (A) a elaboração do Balanço Orçamentário deve considerar os saldos constantes na classe 2;
- (B) o superávit/déficit apurado no Balanço Patrimonial se confunde com o resultado financeiro apresentado no Balanço Financeiro;
- (C) a Demonstração das Variações Patrimoniais deve ser elaborada considerando as variações qualitativas e quantitativas refletidas nos saldos das classes 5 e 6;
- (D) o Balanço Patrimonial é composto pelos Quadros Principal, dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, Contas de Compensação e Superávit/Déficit Financeiro;
- (E) o Balanço Financeiro demonstra a evolução do patrimônio líquido da entidade.

76

Sobre as Variações Patrimoniais apresentadas no MCASP, que representam as transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público, é correto afirmar que:

- (A) a aquisição de um veículo e a contratação de uma operação de crédito representam Variações Patrimoniais Quantitativas;
- (B) o surgimento de um passivo, sem um correspondente ativo, enseja o reconhecimento de uma Variação Patrimonial Qualitativa;
- (C) pela promessa de recebimento de doação de um imóvel, deve haver o reconhecimento de uma Variação Patrimonial Aumentativa;
- (D) em função do 13º salário a ser pago ao final do ano, deve ser reconhecida a cada mês trabalhado uma Variação Patrimonial Diminutiva;
- (E) o fato gerador do Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU) ocorre no início do exercício, devendo a Variação Patrimonial Aumentativa ser reconhecida quando de sua arrecadação.

77

Um ente público apresentou ao final do exercício os seguintes saldos em R\$:

Receitas Corrente Previstas Atualizadas	20.000
Receitas de Capital Previstas Atualizadas	4.500
Receitas Corrente Realizadas (exceto intra)	21.300
Receitas de Capital Realizadas (exceto intra)	2.300
Receitas intraorçamentárias Realizadas	2.600
Saldos de Exercícios Anteriores utilizados para créditos adicionais	4.600
Dotação Atualizada	29.100
Despesas Correntes Empenhadas	28.500
Despesas Correntes Liquidadas	23.900
Despesas Correntes Pagas	22.000
Inscrição de Despesas Correntes em Restos a Pagar não Processados.	4.600

Considerando esses dados, é correto afirmar em relação ao Balanço Orçamentário estabelecido como um dos demonstrativos previstos no MCASP, que:

- (A) será apresentado um superávit de execução orçamentária no valor de R\$ 2.300;
- (B) uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada pode ser decorrente da utilização de saldos de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais;
- (C) o saldo da dotação apurado no exercício foi de R\$ 7.100;
- (D) as receitas intraorçamentárias não devem ser consideradas para fins de apuração do resultado orçamentário;
- (E) não há disponibilidade para a inscrição de Restos a Pagar, no valor de R\$ 70.000.

78

De acordo com Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público (MCASP), o atendimento ao enfoque patrimonial da contabilidade compreende o registro e a evidenciação da composição patrimonial do ente público, nesse aspecto:

- (A) o patrimônio público é estruturado em: Ativo, Passivo, Controle e Patrimônio Público;
- (B) o recebimento de uma doação em espécie deve gerar o reconhecimento de um ativo pelo seu valor original no momento da elaboração do Balanço Patrimonial;
- (C) os registros contábeis devem ser realizados e evidenciados nas demonstrações contábeis pelos respectivos fatos geradores, dependendo do momento do registro da execução orçamentária;
- (D) os créditos e obrigações devem ser avaliados e mensurados pelo valor realizável líquido;
- (E) as participações em consórcios públicos ou público-privados em que a administração tenha influência significativa devem ser efetuadas pelo método da equivalência patrimonial.

79

As práticas orçamentárias nas entidades do setor público começaram a ser influenciadas por uma concepção mais moderna de orçamento a partir do século XX, com o objetivo de contribuir para que o orçamento fosse efetivamente um instrumento de administração. Constitui uma característica da concepção moderna de orçamento:

- (A) aspecto econômico como posição secundária;
- (B) controle político sobre os atos do Poder Executivo;
- (C) instrumento demonstrativo de autorizações legislativas;
- (D) mecanismo da política fiscal do governo;
- (E) neutralidade das finanças públicas.

80

Ao elaborar a proposta orçamentária em uma unidade da federação, os responsáveis pela secretaria de planejamento apresentaram os valores relativos à previsão das receitas a serem transferidas aos municípios como despesa no orçamento da unidade; da mesma forma, os respectivos valores deverão ser apresentados como receita prevista no orçamento dos entes que as receberão.

Conforme disposições da Lei nº 4.320/1964, essa prática está em estrita consonância com o princípio do (a):

- (A) discriminação;
- (B) não afetação das receitas;
- (C) orçamento bruto;
- (D) transparência;
- (E) unidade.

81

No orçamento de um determinado ente público, foi identificada uma classificação de despesa por função, conforme quadro a seguir, com valores expressos em milhares de reais.

Função	Subfunção	Valores
Urbanismo	Abastecimento	570,00
	Administração geral	10.750,00
	Habitação urbana	29.240,00
	Infraestrutura urbana	145.890,00
	Normatização e Fiscalização	810,00
	Ordenamento Territorial	2.670,00
	Planejamento e orçamento	1.805,00
	Serviços urbanos	47.430,00
	Tecnologia da Informação	1.240,00
	Transportes coletivos urbanos	2.580,00

A subfunção representa uma partição da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público. Porém, a Portaria MPOG nº 42/1999 dispõe que as subfunções poderão ser combinadas com funções diferentes daquelas a que estejam vinculadas.

Considerando os dados apresentados, o valor total das subfunções precipuamente vinculadas à função Urbanismo é:

- (A) 193.320,00;
- (B) 195.900,00;
- (C) 222.560,00;
- (D) 228.380,00;
- (E) 230.995,00.

82

A receita pública pode ser definida a partir da perspectiva de alteração nos elementos componentes da estrutura patrimonial. Considerando a relação com a execução orçamentária, para verificação do impacto patrimonial da receita orçamentária, é necessário observar o estágio do (a):

- (A) arrecadação;
- (B) empenho;
- (C) lançamento;
- (D) liquidação;
- (E) recolhimento.

83

A execução da despesa pública se processa em estágios específicos, cujos registros subsidiarão a elaboração de relatórios de acompanhamento e prestação de contas. Um mecanismo presente na execução da despesa orçamentária das entidades públicas é a abertura de créditos adicionais, que se relaciona ao estágio do (a):

- (A) empenho;
- (B) fixação;
- (C) previsão;
- (D) liquidação;
- (E) pagamento.

84

Para fins de elaboração do Balanço Orçamentário, que constitui um dos anexos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, a Portaria STN nº 553/2014 orienta que as receitas devem ser apresentadas considerando as seguintes classificações:

- (A) categoria econômica origem e espécie;
- (B) categoria econômica e fonte de recursos;
- (C) fonte de recursos e modalidade de aplicação;
- (D) função e subfunção;
- (E) origem e espécie.

85

O orçamento consiste em um documento com previsões de arrecadação e destinação de recursos, os quais podem não ser realizados exatamente conforme planejado. Durante a execução orçamentária, os chefes dos poderes poderão ter que limitar a emissão de empenho, segundo os critérios fixados pela LDO. O documento relacionado ao processo orçamentário que contém informações que podem definir a necessidade de limitação de empenho é o(a):

- (A) demonstrativo da receita corrente líquida;
- (B) programação financeira;
- (C) quadro de detalhamento de despesa;
- (D) relatório de gestão fiscal;
- (E) demonstrativo de receitas e despesas por função.

86

Um dos instrumentos previstos na Constituição Federal como parte do processo de planejamento é a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que visa, entre outras coisas, orientar a elaboração do orçamento. NÃO faz parte da Lei de Diretrizes Orçamentárias dispor sobre:

- (A) critérios e forma de limitação de empenho;
- (B) despesas de capital para o exercício financeiro subsequente;
- (C) equilíbrio entre receitas e despesas;
- (D) política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento;
- (E) programas de duração continuada.

87

Quando da abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, em decorrência da necessidade de indicação de fonte de recursos, uma das fontes possíveis é o excesso de arrecadação. Na apuração do excesso possível de utilização, deve-se:

- (A) adicionar as dotações orçamentárias anuladas;
- (B) adicionar o produto de operações de crédito autorizadas;
- (C) excluir as operações de crédito vinculadas;
- (D) excluir os créditos adicionais transferidos para o exercício;
- (E) excluir os créditos adicionais extraordinários abertos no exercício.

88

Em uma entidade pública havia a necessidade de conceder suprimento de fundos a um servidor para pagamento de despesas de pequena monta. Em um dos departamentos da entidade havia cinco servidores com as seguintes características:

Servidor	Situação
Alfa	Com prestação de contas parcialmente impugnada pelo setor competente
Beta	Responsável por um adiantamento pendente de prestação de contas
Delta	Não está em efetivo exercício
Gama	Responde a inquérito administrativo
Ômega	Responsável pela guarda e utilização de materiais a serem adquiridos.

O servidor ao qual poderá ser concedido suprimento de fundos é:

- (A) Alfa;
- (B) Beta;
- (C) Delta;
- (D) Gama;
- (E) Ômega.

89

Os dados do quadro a seguir têm origem no controle da execução orçamentária de um ente da federação relativa ao exercício de 2x13 (dados acumulados até o sexto bimestre, expressos em milhares de reais).

Receita Orçamentária Lançada	280.000,00
Receita Orçamentária Arrecadada	271.860,00
Despesa Orçamentária Empenhada	270.140,00
Despesa Orçamentária Liquidada	254.780,00
Despesa Orçamentária Paga	240.410,00
Saldo final de disponibilidades financeiras	42.630,00
Obrigações a pagar até o final do exercício	19.530,00

Considerando os dados apresentados e as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, o valor das despesas que NÃO devem ser inscritas em restos a pagar por indisponibilidade de recursos, em milhares de reais, é:

- (A) 0,00;
- (B) 6.630,00;
- (C) 8.730,00;
- (D) 15.360,00;
- (E) 23.100,00.

90

Em uma entidade da administração pública direta, foi efetuada uma aquisição de material de consumo sem autorização orçamentária, para pagamento posterior, no valor de R\$ 11.300,00. De acordo com as orientações do MCASP para reconhecimento patrimonial de obrigações, esse fato:

- (A) não deve ser reconhecido, devido à ausência de previsão orçamentária;
- (B) deve ser reconhecido após abertura de crédito adicional;
- (C) deve ser reconhecido como despesa de exercício anterior;
- (D) deve ser reconhecido se houver disponibilidade de caixa;
- (E) deve ser reconhecido como obrigação, no exercício a que se referir.

91

A auditoria consiste no levantamento, exame e avaliação de procedimentos, operações, rotinas e demonstrações contábeis de uma entidade. A partir da compreensão conceitual, é correto dizer que o objeto do trabalho de auditoria se circunscreve:

- (A) a fatos não registrados documentalmente;
- (B) ao conjunto de elementos de controle do patrimônio administrado;
- (C) aos papéis de trabalho;
- (D) aos registros contábeis;
- (E) ao relatório com a opinião de auditor.

92

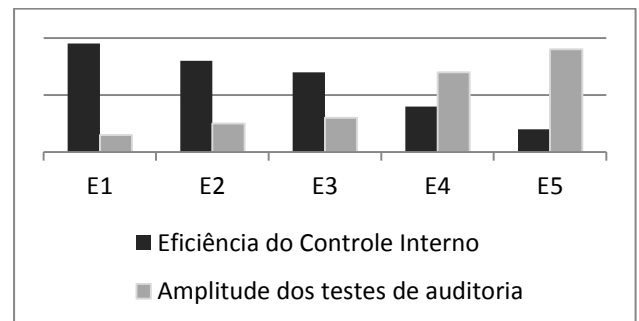
O objetivo da auditoria ao examinar as demonstrações financeiras é expressar uma opinião sobre suas propriedades e assegurar que elas representem adequadamente a posição patrimonial e financeira.

Nesse contexto, a responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras é da:

- (A) administração da entidade;
- (B) auditoria independente;
- (C) auditoria interna;
- (D) contabilidade;
- (E) gerência financeira.

93

O gráfico a seguir apresenta os resultados da avaliação da estrutura de controle interno em cinco entidades, bem como a amplitude dos testes de auditoria a serem executados em cada uma delas.



A partir da análise do gráfico, é correto afirmar que:

- (A) a amplitude dos testes de auditoria é diretamente proporcional à eficiência do controle interno;
- (B) a amplitude dos testes de auditoria independe da eficiência do controle interno;
- (C) a eficiência do controle interno é o único fator relevante na definição da amplitude dos testes de auditoria;
- (D) quando a eficiência do controle interno for plena, deve-se reduzir a zero os testes de auditoria;
- (E) quando a eficiência do controle interno for alta, deve-se executar ao menos um volume mínimo de testes.

94

A NBC TA 610 dispõe sobre a utilização do trabalho de auditoria interna. Na determinação da utilização do trabalho da auditoria interna para os fins da auditoria, são itens a serem avaliados, EXCETO:

- (A) o nível de competência da função de auditoria interna;
- (B) o controle de qualidade da função da auditoria interna;
- (C) políticas que propiciem objetividade ao trabalho dos auditores internos;
- (D) se a função de auditoria interna aplica uma abordagem sistemática e disciplinada;
- (E) utilização da auditoria interna em trabalhos de auditoria anteriores.

95

Os papéis de trabalho constituem a documentação preparada pelo auditor ou fornecida a este na execução da auditoria; sua guarda é responsabilidade do (a):

- (A) auditor responsável;
- (B) auditoria interna;
- (C) administração da entidade auditada;
- (D) contador da entidade auditada;
- (E) conselho fiscal.

96

Os papéis de trabalho devem ser organizados conforme sua finalidade. São consideradas comuns:

- I . Pasta permanente;
- II . Pasta corrente;
- III . Pasta de análise das contas;
- IV . Pasta de correspondência.

Constitui um exemplo de papel de trabalho que compõe a pasta corrente:

- (A) análise da evolução do capital social;
- (B) controles do fluxo de informações;
- (C) descrição do sistema em escrituração contábil;
- (D) estatuto da entidade auditada e suas alterações;
- (E) planejamento do trabalho.

97

Evidência de auditoria compreende as informações utilizadas pelo auditor para chegar às conclusões em que se fundamentam a sua opinião. A evidência de auditoria apropriada e suficiente:

- (A) decorre apenas dos registros contábeis da entidade;
- (B) não deve se basear em auditorias anteriores;
- (C) pode decorrer de ausência de informações;
- (D) pode ser obtida a partir da indagação;
- (E) tem natureza não cumulativa.

98

A regularidade e legalidade das demonstrações contábeis de uma entidade autárquica da administração pública federal devem ser fiscalizadas, de acordo com a Constituição Federal, pelo (a):

- (A) Congresso Nacional, mediante controle externo;
- (B) Controladoria Geral da União, mediante controle interno;
- (C) Ministério Público Federal;
- (D) Sistema de controle interno do Poder Legislativo;
- (E) Tribunal de Contas da União, mediante controle interno.

99

Uma entidade fez a opção de implantar seu sistema de controle interno a partir da Estrutura Integrada de Controle Interno proposta pelo COSO. A Estrutura proposta pelo COSO se desdobra em princípios, que representam os conceitos fundamentais associados a cada componente do Controle Interno.

Dentre as iniciativas da entidade, está a criação de um plano para desenvolvimento e retenção de talentos humanos. Essa iniciativa está em consonância com o componente:

- (A) ambiente de controle;
- (B) atividades de controle;
- (C) avaliação de riscos;
- (D) informação e comunicação;
- (E) monitoramento.

100

Em uma entidade da Administração Pública, o responsável pela execução de um processo licitatório foi convocado a prestar esclarecimentos sobre a economicidade e razoabilidade de um ato praticado, tendo em vista os objetivos e limitações da entidade. A partir da concepção de controle na Administração Pública, essa convocação configura um ato de controle:

- (A) de mérito;
- (B) externo;
- (C) interno;
- (D) finalístico;
- (E) operacional.

Realização

